

## Notas e informações

Sarney

## Não temos presidente

O presidente da República Federativa do Brasil fez letra morta do compromisso constitucional de "manter, defender e cumprir a Constituição" (artigo 76), ao renunciar expressamente às funções que lhe são cometidas pelos incisos VI e I do artigo 81 da Carta Magna: "VI — nomear e exonerar os Ministros de Estado..."; "I — exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal". Ao abdicar das atribuições da Presidência, o sr. José Sarney permitiu que o governo paralelo — dirigido pelo procônsul Ulysses Guimarães e integrado pelos srs. Renato Archer e Raphael de Almeida Magalhães (estes dois últimos ministros do governo oficial) — impusesse sua vontade à Nação, exercendo poderes que não foram garantidos a nenhum deles por mandato constitucional e voto direto. Ao desistir, no episódio de nomeação do sr. Tasso Jereissati, de exercer seus poderes sem que razões ponderáveis de interesse público o levassem a tanto, o sr. José Sarney responderá perante a História por haver permitido que o governo de Assembléia se instalasse no Brasil e um Comitê de Salvação Pública passasse a governar o País.

Quando o procônsul Ulysses Guimarães respondeu ao repórter, que lhe indagava se sabia da nomeação do sr. Tasso Jereissati para o Ministério da Fazenda: " Perguntem ao cidadão José Sarney", assumiu a atitude de Robespierre, que chamava de cidadãos aqueles a quem mandava para a guilhotina, certo de ser o Incorrupível e o salvador da pureza das instituições. Ao dar ao presidente da República o tratamento de "cidadão", em evidente tom de desprezo, o presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte como que lhe endereçou o bilhete azul com que Nero presenteava aqueles que caíam em desgraça junto à pessoa de César, Pontifex Maximus: *submeta-se à minha vontade, ou perderá o mandato*. O sr. José Sarney submeteu-se não só à vontade do presidente da Assembléia Nacional Constituinte mas também à de dois ministros seus. Tendo sido assim, quem dirige, hoje, a administração brasileira? Objetivamente, parodiando o falecido ministro do Supremo Tribunal, que julgava a reclamação do presidente Café Filho, que buscava seu direito, poder-se-ia dizer: a bravata do sr. Ulysses Guimarães, associada à postura dos ministros da Previdência Social e da Ciência e Tecnologia, fez a nova Constituição, segundo a qual a designação dos ministros compete ao Comitê de Salvação Pública que dirige o PMDB contra a vontade da maioria de seus membros e, por intermédio do maior partido do presidente, comanda o Brasil. O capelão do Alvorada deve, a esta altura, estar rezando *De Profundis...* por intenção dos ocupantes do palácio.

O Comitê de Salvação Pública do PMDB tomou de assalto o poder de Estado não apenas pelo veto formal que opôs à nomeação do sr. Tasso Jereissati — incon-

cebível até mesmo em regime parlamentarista. Fê-lo em força como diria o general Ivan de Souza Mendes (que agora é quem recebe as cartas de demissão dos ministros, como se nele se reconhecesse a fonte originária do poder). Ao lado do golpe de Estado, anuncia-se que o antigo ministro da Fazenda, sr. Dilson Funaro, não voltará a cuidar de brinquedos, mas como novo padre Cícero sairá pelo Brasil afora para denunciar todos aqueles que deixam de pagar impostos e ficam impunes. Poderá fazê-lo, aliás, com pleno conhecimento de causa (depois de haver deixado de cumprir seu dever funcional de contra eles atuar enquanto ministro), pois por indicação sua, no Serpro, que controla a vida fiscal dos brasileiros, há muito se instalaram anistiadados de organizações terroristas. Assim, enquanto o Comitê de Salvação Pública ataca frontalmente o poder, certo de que ninguém lhe resistirá, e Merlin, o ex-salvador das Finanças e amigo dos pobres, faz suas mágicas pela esquerda, o presidente do Banco Central ataca pela direita: diz que permanece no cargo, pois a negociação da dívida externa requer certa estabilidade dos quadros funcionais da República! Ademais, tendo sido nomeado por decreto do presidente da República, embora funcionalmente subordinado ao ministro da Fazenda, não precisa ir embora. O sr. José Sarney, a essa altura, deve ter consultado o PMDB para saber qual a conveniência de manter o sr. Gros no contato com os banqueiros internacionais.

No regime democrático, quando a Constituição é ferida na profundidade em que o foi e o presidente da República cede às pressões indevidas de três cidadãos que sem procuração dela falam em nome da maioria do Congresso, instalou-se no País a ditadura. A ditadura do Comitê de Salvação Pública, que passará a tratar o sr. José Sarney de "cidadão" — é pobre de s. exa. se tiver a audácia de exigir respeito a suas funções. Será sumariamente decapitado, tendo seu mandato reduzido para 1988. Enquanto isso, o Comitê de Salvação Pública fortalece suas posições e imporá os ministros que lhe parecerem necessários para assumir o controle da máquina estatal, distribuir empregos e benesses aos turiferários da esquerda clássica e da católica (que qual fênix renasce das cinzas, depois de malograda experiência da cogula da Unicamp) e impingir ao Brasil a política que lhe aprouver. Tudo está pronto para tal: como o sr. João Manuel Cardoso de Mello fez saber pela imprensa, se o "cidadão Sarney" ensaiar qualquer resistência, terá de arrostar a tempestade provocada pela divulgação de documentos que comprometem altas personalidades da República. Assim, espremido entre a pressão do Comitê de Salvação Pública e o temor de ver desnudada a alma dos maribondos, o presidente deixou de governar.

De nada adiantou distribuir à farta exemplares editados clandestinamente (isto é, sem editor, sem gráfica e sem local e

data de impressão) o livro-documento sobre o golpe de Praga: "O assalto ao Parlamento", de Jan Kozak. O golpe de Estado foi consumado no melhor estilo jacobino. E como Luiz XVI, ora fraco, ora arrogante, sempre indeciso, o presidente da República deixou de exercer as prerrogativas constitucionais. Conseguirá recuperá-las, ou se deixará prender em Varennes-en-Argonne?

Em 1955, a fim de envolver o Exército na aventura do "retorno aos quadros constitucionais vigentes", o PDS usou de artifícios parlamentaristas (depois convalidados pelo Supremo Tribunal) para depor dois presidentes da República — e ainda há quem diga que a UDN foi a golpista neste país de sonhos... Hoje, o Comitê de Salvação Pública nem se dá ao trabalho de escalar eméritos constitucionalistas para defender seu veto à nomeação de um ministro de Estado — simplesmente o vetou, ponto final. Desautorado, o presidente da República nada fez, a não ser contribuir para que aqueles que desejam eleições imediatas vejam nas "diretas-88" a única saída capaz de fortalecer os poderes da Presidência da República, sem o que a crise política se transformará em institucional, arrastando o Brasil para o desconhecido.

O novo ministro da Fazenda tomará posse manietado pelo Comitê de Salvação Pública. Ao sr. Luiz Carlos Bresser Pereira será difícil conciliar, além de suas idéias com as dos maribondos, as proposições que nos comunicou domingo com o programa do PMDB, especialmente na parte referente ao endurecimento com os banqueiros, que o Comitê de Salvação Pública quer que seja maior, afora ter de conciliar a posição de devedor com a arrogância dos que, em junho próximo, discutirão de novo com representantes do presidente Reagan a questão da informática. Nas declarações que nos prestou domingo, o sr. Bresser Pereira diz que será necessário reduzir o déficit público, mediante o corte de despesas. Permitirá o PMDB que se aplique no Brasil o receituário do FMI sem que se diga à população que as coisas são assim? Ou cederá o sr. Bresser Pereira ao governo paralelo e, para salvar sua cabeça da guilhotina, se disporá a ser, em nível mais qualificado tecnicamente, o executor da política econômica que o Comitê da Salvação Pública não tem, mas exige que aqueles a quem permite viver realizem, desde que seja xenófoba, inflacionária, demagógica?

O episódio da quase nomeação do sr. Tasso Jereissati provou que o Brasil é um manicômio em que se implantou a autogestão. A designação do sr. Luiz Carlos Bresser Pereira demonstra que os negócios fazendários passariam da fábrica de brinquedos para o supermercado — onde se encontram produtos de todas as marcas e para todos os gostos, desde que o governo, isto é, Ulysses, Archer e Raphael, permita. A única saída honrosa que sobra para o cidadão Sarney é ele tomar a iniciativa de pedir as diretas-já.